

Criminologia e Efetividade da Justiça

DIALÉTICAS DE BRASIL E PORTUGAL

2024

Coordenadores: Fabrício Castagna Lunardi • José Neves Cruz • Pedro Sousa

Adriana Ramos de Mello
Carlos Magno Gomes de Oliveira
Claudio Camargo dos Santos
Fabrício Castagna Lunardi
Fátima Aurora G. A. Archangelo
Fernando Braga Damasceno
João Teixeira de Matos Júnior
Jorge Quintas
José Neves Cruz
Marcela Santana Lobo

Marcus Alan de Melo Gomes
Matheus Andrade Braga
Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia
Pedro Sousa
Rosa Saavedra
Rosimeire Ventura Leite
Sara Cardoso
Taís de Paula Scheer
Taís Schilling Ferraz

Prefácio: Sebastião Reis Júnior (Ministro do STJ, Brasil)



CRIMINOLOGIA E EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

COORDENADORES

Fabício Castagna Lunardi, José Neves Cruz e Pedro Sousa

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Avenida Emídio Navarro, 81, 3D

3000-151 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ACD Print, S.A.

Fevereiro, 2024

ISBN

9789894017882

DEPÓSITO LEGAL

527419/24

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
SUMÁRIO.	13
INTRODUÇÃO	19
PARTE I	
A CRIMINOLOGIA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ANALISAR CRITICAMENTE A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA	
	27
CAPÍTULO 1	
CRIMINOLOGIA E A AVALIAÇÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA	
	29
1. INTRODUÇÃO	29
2. CRIMINOLOGIA UNIDADE NA MULTIPLICIDADE.	31
3. AVALIAÇÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA CRIMINAL	33
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
CAPÍTULO 2	
COLONIALIDADE, NEOLIBERALISMO E SELETIVIDADE PENAL NO BRASIL	
	45
1. INTRODUÇÃO	46
2. COLONIALIDADE, COLONIALISMO E PODER PUNITIVO	48
2.1. Colonização, hierarquização social e poder punitivo.	48
2.2. Justificativas para a colonização: evangelizar e civilizar	50

3. A MODERNIDADE E O APARECIMENTO DA CRIMINOLOGIA ETIOLÓGICA	52
3.1. Mudanças no capitalismo e ajustes ao poder punitivo	54
3.2. A mudança do paradigma etiológico na criminologia	56
4. RAÇA, RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO	58
4.1. A invenção da raça	58
4.2. O “problema negro” do Brasil	60
4.3. Racismo, preconceito e discriminação	62
5. SUBCIDADANIA E SELETIVIDADE PUNITIVA	64
6. PODER PUNITIVO, RACIONALIDADE NEOLIBERAL E CRIMINALIDADE ENCOBERTA.	69
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	75

CAPÍTULO 3

CAUSAL CONDITIONS OF THE EFFECTIVENESS OF CRIMINAL AND CIVIL JUSTICE IN THE EUROPEAN UNION, OECD, AND BRAZIL	79
1. INTRODUCTION	79
2. EFFECTIVENESS OF CRIMINAL AND CIVIL JUSTICE	82
3. CAUSAL CONDITIONS	86
3.1. Independence of the justice system from interest groups.	87
3.2. Transparency in the State	89
3.3. Income inequality	95
3.4. Accessibility to impartial, and effective alternative dispute resolution mechanisms	97
4. METHODOLOGY	98
5. EMPIRICAL STUDY.	102
5.1. Models	102
5.2. Research cases	103
5.3. Calibration thresholds.	104
5.4. Results	105
6. DISCUSSION	114
7. CONCLUSION	117
APPENDIX	119
REFERENCES	121

PARTE II

BOAS PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ANÁLISES DE BRASIL E PORTUGAL.	127
--	-----

CAPÍTULO 1**O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: AS BOAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA**

BRASILEIRA	129
1. INTRODUÇÃO	130
2. ARCABOUÇO NORMATIVO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	133
3. EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	140
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	147

CAPÍTULO 2**JUSTIÇA EM REDE: UMA DISCUSSÃO SOBRE A EFETIVIDADE DO ATENDIMENTO DAS MULHERES NAS MEDIDAS PROTETIVAS**

DE URGÊNCIA	151
1. INTRODUÇÃO	151
2. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO EMPÍRICO EM PROCEDIMENTOS JUDICIAIS	155
3. PROCEDIMENTOS DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA E A PERGUNTA PELA MULHER: metodologia feminista e interseccionalidade para uma proteção eficiente	160
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS	164

CAPÍTULO 3**A AVALIAÇÃO DE RISCO NAS FORÇAS DE SEGURANÇA PORTUGUESAS: O CASO PARTICULAR DAS PESSOAS IDOSAS**

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.	169
1. INTRODUÇÃO	170
2. AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO NAS FORÇAS DE SEGURANÇA: ASPETOS CONCEITUAIS E EVOLUTIVOS.	172
3. AS FORÇAS DE SEGURANÇA PORTUGUESAS	174
4. A AVALIAÇÃO DE RISCO NAS FORÇAS DE SEGURANÇA PORTUGUESAS	175
4.1. Auto Padronizado de Notícia/Denúncia Padrão para a Violência Doméstica (Anexo A – Avaliação de Risco)	176
4.2. Fichas de Avaliação de Risco – RVD (RVD-1L e RVD-2L)	177

4.2.1. Apreciação das Fichas RVD.	179
4.2.2. Recomendação de reformulação das Fichas RVD	180
5. A AVALIAÇÃO DE RISCO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE MAUS-TRATOS CONTRA PESSOAS IDOSAS	181
5.1. Contextualização de um instrumento de avaliação de risco específico para pessoas idosas	181
5.2. Desenvolvimento do Assessment Guidelines for Elder Domestic Violence (AGED)	183
5.3. O AGED como proposta de instrumento de avaliação de risco de pessoas idosas	183
5.4. Propriedades psicométricas do AGED	185
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	188

PARTE III

BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO PENAL: O PAPEL DA COMUNIDADE E DA MAGISTRATURA PARA UM SISTEMA DE JUSTIÇA MAIS HUMANO E EFETIVO	191
--	------------

CAPÍTULO 1

EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL, EXCLUSÃO SOCIAL E RESSOCIALIZAÇÃO: O PAPEL DO CONSELHO DA COMUNIDADE	193
1. INTRODUÇÃO	194
2. SISTEMA DE JUSTIÇA E EXECUÇÃO PENAL	196
3. SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO EM NÚMEROS	198
4. EXCLUSÃO SOCIAL E CRIMINALIDADE.	200
5. O PAPEL DO CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL: UM ESTUDO DE CASO	202
5.1. A instituição do Conselho da Comunidade do Macapá: análise jurídico-normativa	202
5.2. O perfil da população carcerária	203
5.3. Projetos e parcerias realizadas pelo Conselho da Comunidade do Macapá	205
5.3.1. O Conselho da Comunidade e a parceria com o Estado do Amapá	205
5.3.2. O Conselho da Comunidade e a parceria com o Município de Macapá	208
5.4. A Atuação e Resultados do Conselho da Comunidade do Macapá . .	210
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	214

CAPÍTULO 2

DESAFIOS À REDUÇÃO DO ENCARCERAMENTO PROVISÓRIO NO BRASIL: O PAPEL DA MAGISTRATURA PARA UM SISTEMA DE JUSTIÇA MAIS HUMANO E EFETIVO	217
1. INTRODUÇÃO	218
2. DECISÕES JUDICIAIS E ENCARCERAMENTO PROVISÓRIO: CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA E AVALIAÇÃO CRÍTICA EXTERNA	220
2.1. O fenômeno do encarceramento provisório em dados	221
2.2. A crítica externa sobre a atuação judicial em relação ao fenômeno do encarceramento provisório no Brasil	225
2.2.1. Rótulos e sujeição criminal: delimitando conceitos.	225
2.2.2. A avaliação crítica dos cientistas sociais à prática judicial penal: segregação étnico-racial por encarceramento	228
2.2.3. Segregação étnico-racial por encarceramento provisório	231
3. A TOMADA DE DECISÃO CAUTELAR PENAL: EXCEPCIONALIDADE E ESFORÇO ARGUMENTATIVO	233
4. CONCLUSÃO.	238
REFERÊNCIAS	239

PARTE IV

JUSTIÇA RESTAURATIVA, DESPENALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL.	243
---	------------

CAPÍTULO 1

A APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA: UM CASO PRÁTICO PARA ENRIJECER A TEORIA	245
1. INTRODUÇÃO	245
2. ALGUMAS NOTAS SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA.	247
3. ESTUDO DE CASO	254
3.1. Metodologia	254
3.2. O processo: caso criminal ocorrido em Maringá/PR.	255
3.3. O contexto social e pessoal da vítima e sua família	257
3.4. A voz da vítima e sua apoiadora	259
3.5. O contexto social do ofensor e sua família	260
3.6. A voz do ofensor e sua apoiadora	262
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS	266

CAPÍTULO 2**O SONEGADOR NA PRISÃO: JUSTIÇA OU REVANCHISMO DE CLASSE?
UM ESTUDO SOBRE A (DES)PENALIZAÇÃO DA SONEGAÇÃO FISCAL**

NO BRASIL	269
1. INTRODUÇÃO	270
2. (DES)CRIMINALIZAÇÃO E (DES)PENALIZAÇÃO.	270
2.1. Distinção	270
2.2. A tentativa de conferir um conceito material de pena.	272
3. A SONEGAÇÃO FISCAL E A SUA CRIMINALIZAÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL	274
4. A CONSTITUIÇÃO E A LEGITIMAÇÃO DA PENALIZAÇÃO (DA SONEGAÇÃO) FISCAL	277
4.1. A “constituição penal” como fonte única de validade da penalização.	277
4.2. A “sonegação fiscal” e o princípio constitucional da “exclusiva proteção de bens jurídicos”	278
4.3. O princípio constitucional da necessidade da pena	283
5. A (DES)PENALIZAÇÃO DA SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ANÁLISE DO ORDENAMENTO BRASILEIRO	286
6. CONCLUSÕES	297
REFERÊNCIAS	298

CAPÍTULO 3**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA CRIMINAL: O QUE OS INDICADORES
DE REINCIDÊNCIA REVELAM (OU NÃO REVELAM)**

1. INTRODUÇÃO	301
2. REINCIDÊNCIA E SUAS VÁRIAS ACEPTÕES NA POLÍTICA CRIMINAL	303
3. O QUE REVELAM (E NÃO REVELAM) OS DADOS ESTATÍSTICOS	305
4. ESTRATÉGIAS PARA MELHOR MENSURAR, COMPREENDER E PREVENIR A REINCIDÊNCIA	310
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	317
REFERÊNCIAS	318